

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**Expeça - se**

**Publique - se**

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Exmo(a). Senhor(a) Presidente

Apresento os meus cumprimentos,

Neste verão temos assistido, uma vez mais, à ocorrência de milhares de ignições humanas e outras, originando incêndios que consumiram milhares de hectares de floresta, casas, culturas, edifícios de apoio à atividade agrícola e um património natural de vital importância para a economia e o turismo nacional.

Este cenário tem-se tornado habitual no nosso país destruindo, de forma galopante, o bem comum e condicionando a vida das populações sobre uma herança que se desvanece nas cinzas, após décadas de trabalho e de esforço das pessoas e das autarquias locais.

Independentemente das causas do fogo, embora saibamos que em muitos dos casos existe mão criminosa na sua origem, urge compreender-se a ausência de planeamento estratégico da gestão do território, o necessário processo de gestão florestal e a sua profissionalização, o próprio plano de combate, assim como todos os recursos humanos e técnicos que precisam de ser empregues para uma acentuada diminuição da área ardida.

Independentemente dos fatores ambientais, como as elevadas temperaturas ou o vento facilitador de propagação, não se pode aceitar que em Portugal, só neste verão, tenham ardido mais de 100.000 hectares de área. Um valor superior a metade de toda a área queimada no mesmo período em toda a Europa e que tem reforçado a necessidade de fortalecer a ação preventiva, permitindo uma rápida intervenção e um combate mais assertivo.

É intenção do atual governo promover uma maior articulação nos recursos em termos de prevenção e ação direta no combate ao fogo, através de um entendimento concertado com todos os agentes no terreno.

Todavia, enquanto deputado na Assembleia da República pretendo aferir a opinião dos autarcas relativamente a esta temática, no sentido de obter a perspetiva da readaptação de estratégias de intervenção e o balanço da eficácia das atualmente adotadas, por parte daqueles que diretamente conhecem os territórios.

Nesse sentido solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que possa responder às seguintes questões relativamente ao território do concelho a que preside:

1. Como está estruturado o planeamento estratégico municipal de prevenção de fogos em domínio público e que medidas e recursos estão alocados a este?
2. De que forma foi efetuada a informação às populações para a necessária limpeza de espaços privados e que meios de fiscalização foram adjudicados para a concretização deste objetivo?
3. Registaram-se casos de incumprimento após notificações aos proprietários? Se sim, quantas, quais os motivos registados e quais as punições aplicadas?
4. Qual foi o valor monetário alocado ao orçamento municipal para o corrente ano para a prevenção de incêndios?
5. Caso tenha ocorrido algum incêndio florestal no seu concelho, qual foi a área consumida desde o dia 1 janeiro até ao próximo dia 31 de agosto, do corrente ano?
6. Quais as maiores necessidades e dificuldades sentidas no que se refere à temática em apreço, e que sugestões/estratégias gostaria de assinalar para o planeamento e gestão do território do seu concelho?

Reitero os meus cumprimentos,

Palácio de São Bento, segunda-feira, 22 de Agosto de 2016

Deputado(a)s

ANTÓNIO SALES(PS)